ICMS ECOLÓGICO SOB O ENFOQUE DA TRIBUTAÇÃO VERDE COMO MEIO DA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA E ECOLÓGICA: EXPERIÊNCIA DO PARANÁ

Aldimar Rossi

Doutorando em Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires - UBA
aldirossi4@hotmail.com

Antonio Lopo Martinez

Pós-Doutor em Contabilidade pela University of California - Berkeley
Professor da Fundação Instituto Capixaba de Pesq. em Contabilidade, Economia e Finanças - FUCEPE
lopo@fucepe.br

Valcemiro Nossa

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela USP
Professor da Fundação Instituto Capixaba de Pesq. em Contabilidade, Economia e Finanças - FUCEPE
valcemiro@fucepe.br

RESUMO

O ICMS Ecológico é um instrumento concebido para promover a sustentabilidade econômica e ecológica das áreas protegidas. Esse instrumento foi introduzido pelo Estado do Paraná com o objetivo de compensar os governos municipais de potenciais perdas tributárias, dado a presença das áreas de preservação ambiental. O presente trabalho examina a tributação ambiental nacional e internacional, com o objetivo principal de mostrar a relevância da tributação com o meio ambiente. A pesquisa é qualitativa, com característica descritiva e indutiva. Os resultados mostram o crescimento da Área de Preservação Ambiental em hectares e o aumento relevante na distribuição do ICMS Ecológico nos Municípios do Estado do Paraná, sendo interessante observar as diversas legislações Estaduais existentes sobre ICMS Ecológico. Desta análise, conclui-se por uma resposta positiva proveniente ao incentivo, confirmando especialmente o aumento da superfície das Áreas de Preservação Ambiental e do expressivo recurso advindo do ICMS Ecológico aos municípios do Estado do Paraná.

Palavras-chave: Tributação Verde; Sustentabilidade Econômica e Ecológica; ICMS Ecológico.

ECOLOGICAL ICMS (STATE GOODS AND SERVICES TAX) UNDER THE GREEN TAXATION APPROACH AS THE MEANS OF ECONOMIC AND ECOLOGICAL SUSTAINABILITY: PARANÁ EXPERIENCE

ABSTRACT

The Ecological is an instrument designed to promote the economic and ecological sustainability of the areas protected. This instrument was first adopted by the State of Paraná to compensate the municipal governments for possible tax losses, given the presence of the environmental preservation areas. The present study examines the national and international environmental taxation, having as the main purpose to demonstrate the environmental taxation relevance. Being it a qualitative research, with a descriptive and inductive feature. The results shows the Environmental Preservation Area development in hectares and the relevant raise in the Ecological ICMS distribution in the Municipalities of the State of Paraná, being it interesting to observe the many State legislations existing about the Ecological ICMS. Based on this analysis, we can infer a positive response coming to the incentive, confirming especially the raise of the Environmental Preservation Areas surface and of the expressive resource accrued from the Ecological ICMS to the municipalities of the State of Paraná.

Keywords: Green Taxation; Economic and Ecological Sustainability; Ecological ICMS.

1 INTRODUÇÃO

Até a década de 80, as preocupações ambientais foram praticamente ignoradas pela indústria e negligenciadas pelos governos em todo o mundo (Furtado, 2002).

Importante observar que quando uma municipalidade cede uma porção de seu território à proteção, ela deixa de produzir bens de mercado que geram, além de riquezas na forma de movimentação econômica, tributos para aquele Município, em termos financeiros é mais atrativa a produtividade do setor, por pior que seja, do que a preservação dos recursos naturais, pois estes não geram recursos financeiros às municipalidades, nem aos seus munícipes (João, 2004).

A tributação ambiental utiliza de políticas fiscais integrada por impostos, taxas e contribuições destinados a contribuir e incentivar a proteção do meio ambiente (Domingues, 2005).

O ICMS Ecológico é um imposto extrafiscal a fim de compensar Municípios pela perda de recursos tributários em função de grandes extensões de áreas preservadas, uma experiência inovadora implantada pelo Estado do Paraná (João, 2004). Os instrumentos econômicos para a proteção do meio ambiente podem ser caracterizados como aqueles instrumentos que proporcionam incentivos financeiros, com o propósito de melhorar a qualidade ambiental (Fraguio, 1995).

Esta pesquisa poderá contribuir, para o aprimoramento das discussões envolvendo o ICMS Ecológico, e também para que outros Estados contemplem seus municípios, que segundo Loureiro (2002, p.52) “possuem suas economias combalidas pela restrição de uso do solo, originada por serem mananciais de abastecimento para municípios vizinhos e por integrarem unidades de conservação”

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Tributação

Estado tem o dever de viabilizar o desenvolvimento econômico da população, fornecendo-lhe a infra-estrutura de que necessita, concomitantemente com o dever de prover o bem comum do povo (João, 2004, p.79). Para arrecadar receitas, o Estado define um conjunto de princípios constitucionais tributários que regem o poder de tributar, as limitações deste poder, os procedimentos administrativos públicos para o lançamento, fiscalização e cobrança dos tributos e a repartição das correspondentes receitas em um regime federativo (Foerster, 1991; Chimenti, 2000).

2.2 Tributação Ambiental

O caráter regulatório da tributação ambiental, segundo Ferraz (2005), os tributos ecologicamente orientados são aqueles que influenciam na decisão econômica de modo a tornar mais interessante à opção ecologicamente mais adequada.

O tributo ambiental também conhecido como "tributo verde" está vinculado à função extrafiscal ambiental, porém, não pode ser alcançado com tanta facilidade, até mesmo porque não há exclusivamente extrafiscalidade ou fiscalidade em cada tributo (Lopes, 2008).

Os tributos ambientais em sentido amplo têm à destinação dada ao valor arrecadado, pois sua finalidade extrafiscal ambiental, independentemente de incidir sobre atividade poluente ou ambientalmente indesejável podem ser chamados de tributos premiais, que visam ao incentivo de atividades ambientalmente benéficas ou responsáveis, o exemplo forte é o ICMS Ecológico, pois pode ser utilizado pelos estados federados brasileiros para a distribuição da receita de ICMS aos Municípios, nos termos do art. 158 da Constituição Federal (Oliveira, 2007).

O IPI pode ser utilizado como um ótimo meio de tributação ambiental o governo brasileiro tem estabelecido alíquota reduzida deste imposto sobre veículos movidos a álcool, como forma de diminuir a poluição ambiental, mas o IPI pode ser mais bem aproveitado, alíquota de IPI para a serra (incluída a elétrica) é de 8%. Para se ter uma idéia de quanto essa alíquota é baixa, compare-

se-a com a alíquota de IPI para a faca de cozinha: 12%; isto é, 50% maior do que a alíquota que incide sobre a serra, que é utilizada para cortar árvores, e não tomates (Lopes, 2008)

Os tributos ambientais, em sentido estrito têm em sua hipótese de incidência um fato econômico negativamente impactante ao meio ambiente, devendo sua base de cálculo, por sua vez, quantificar esse fato indesejado (Lopes, 2008). O Brasil ainda não criou tributos ambientais no sentido estrito, como por exemplo, o existente na Bélgica 1993, que criou imposto sobre as emissões de CO₂, cuja receita é afetada ao Programa de Seguridade Social, na França instituiu em 1990 um imposto sobre as emissões de poluentes, na Suíça desde 1981 tem uma taxa sobre o ruído produzido por aeronaves, cuja receita é afetada à construção de aeroportos à prova de ruído (Mendes & Motta, 1997).

A tributação ambiental não é uma exclusividade apenas no Brasil, mas em todo Mundo, o trabalho de pesquisadores da Universidade de Craiova, na Romênia, Drăcea, Cristea e Ciupeanu (2008), relatam que o desenvolvimento da economia mundial, a partir do século passado, e conseqüentemente um aumento no padrão de vida a nível mundial, concomitantemente a um consumo irracional dos recursos naturais, é inerente à degradação do meio ambiente. A aplicabilidade da tributação ambiental internacional é de modo geral incidir de forma mais amena sobre produtos não prejudiciais ao meio ambiente e mais onerosa sobre produtos nocivos (Niels & Lange, 2003).

2.3 ICMS Ecológico e Suas Peculiaridades

O ICMS é um imposto que incide sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e sobre as prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e prestações se iniciem no exterior (CF, 1988).

Cada Estado da Federação tem liberdade para adotar regras próprias relativas à distribuição desse imposto, respeitando os requisitos mínimos fixados na Constituição Federal. Esse tributo, assim como todos os outros, tem por finalidade suprir os cofres públicos para que os Estados possam, dessa maneira, custear todas as despesas com os serviços públicos e cumprir com todas as suas funções instituídas (Loureiro, 2002). O ICMS Ecológico se mostra uma excelente opção como instrumento de política florestal, pois no Brasil já possui uma carga tributária muito alta, torna-se inviável cogitar a criação de novos impostos ou o aumento das alíquotas dos impostos já existentes. Uma das possíveis soluções é fazer-se do direito adquirido constitucionalmente, utilizando o ICMS, sob o aspecto do critério ambiental envolvendo o repasse (Loureiro, 2002).

O artigo 158, inciso IV, determina que 25% do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações – ICMS, de competência Estadual, seja repassado aos Municípios.

O texto constitucional que 75% (3/4) da parcela destinada aos Municípios possui critérios de aferição rígido, resultante da participação dos próprios Municípios na arrecadação do ICMS. De outro lado, 25% (1/4) podem ser destinados de acordo com o que dispuser a lei estadual. Os Estados têm autonomia para determinar os critérios de distribuição da fração que cabe aos Municípios.

Não pode olvidar-se da tese defendida por Loureiro (2002, p.151), a contribuição do ICMS Ecológico à conservação da biodiversidade no Estado do Paraná.

Tem como pressuposto fundamental que o ICMS Ecológico tem contribuído para a melhoria da conservação da biodiversidade no Estado do Paraná e para a garantia da justiça fiscal aos Municípios que integram unidades de conservação e outras áreas especialmente protegidas, a partir de algumas hipóteses objetivas, quais sejam:

a) o ICMS Ecológico contribuiu para o aumento da superfície das áreas protegidas no Estado do Paraná;

b) o ICMS Ecológico contribuiu para a melhoria da qualidade dos parques estaduais, municipais, e das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) no Estado do Paraná;

c) o ICMS Ecológico contribuiu para o desenvolvimento institucional do IAP, seja pela criação de aporte institucional, seja pela melhoria da capacitação técnica para gestão de áreas protegidas;

d) o ICMS Ecológico contribuiu para o desenvolvimento institucional dos Municípios, sobretudo pela criação de aporte institucional, para a gestão ambiental;

e) tem havido aumento no número de Municípios beneficiados pelo ICMS Ecológico, bem como do volume de recursos financeiros repassados aos Municípios;

f) tem havido aumento nas despesas municipais nas funções programáticas que tratam da problemática ambiental (LOUREIRO, 2002, p.151).

A Tabela 01, mostra os referidos Estados com legislações aprovadas, implementadas ou em processo de implementação, apontando os critérios definidos por esses Estados e seus respectivos percentuais.

Tabela 01: Estados brasileiros que possuem ICMS ecológico, critérios e percentuais para o repasse de recursos financeiro, no período de 1991 a 2008.

ESTADOS	ANO	CRITERIOS	PARTICIPAÇÃO
Paraná	1991	Unidades de Conservação; Mananciais de Abastecimento	5 %
São Paulo	1993	Unidades de Conservação Ambiental, Reservatórios de água destinados à geração de energia elétrica	0,5 %
Minas Gerais	1995	Unidades de Conservação Ambiental	1,0 %
		Sistema de Tratamento de Lixo e / ou esgoto sanitário	
Rondônia	1996	Unidades de Conservação Ambiental	5,0 %
Amapá	1996	Unidades de Conservação Ambiental	1,4 %
Rio Grande do Sul	1997	Unidades de Conservação Ambiental e Áreas inundadas por barragens	7,0 %
Mato Grosso	2000	Unidades de Conservação Ambiental e Terras Indígenas; e Sistema Tratamento de Lixo	7,0 %
Mato Grosso do Sul	2000	Unidades de Conservação Ambiental e Área de Terras Indígenas e Mananciais de abastecimento público	5,0 %
Pernambuco	2000	Unidades de Conservação Ambiental Sistema de Tratamento de Lixo	3,0 %
Tocantins	2002	Unidades de Conservação Ambiental e Terras Indígenas; Sistema de Tratamento de Lixo; Controle e Combate a Queimadas, Conservação dos Solos	13 %
Acre	2004	Unidades de Conservação Ambiental	20 %
Rio de Janeiro	2007	Unidades de conservação; Qualidade da água; Resíduos sólidos	2,5 %
Ceara	2007	Sistema Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos, devidamente licenciado.	2,0 %
Goiás	2007	Preservação do Meio Ambiente	5 %
Piauí	2008	Unidades de Conservação Ambiental, Mananciais, Conservação do Solo, Terras Indígenas	5 %

Fonte: São Paulo (1993); Minas Gerais (1995); Rondônia (1996); Amapá (1996); Rio Grande Do Sul (1997); Mato Grosso (2000); Mato Grosso Do Sul (2000); Pernambuco (2000); Tocantins (2002); Acre (2004); Ceara (2007); Rio de Janeiro (2007); Goiás (2007) e Piauí (2008).

Nota: adaptada pelo autor, pesquisado pelo site oficial Tributo Verde e ICMS Ecológico.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

O trabalho é caracterizado como uma pesquisa exploratória, tendo o objetivo de prover o conhecimento metodológico sobre o campo de estudo, esta pesquisa exploratória envolve levantamentos bibliográficos e análise de exemplos correlatos que venham a proporcionar uma maior compreensão dos fatos, no que tange o ICMS Ecológico. Segundo Gil (1994, p. 44): “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, com vistas à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Quanto à forma de abordagem, esta pesquisa é qualitativa, pois se enquadra nas principais características descritas em Godoy (1995):

- tem no ambiente natural a principal fonte de dados e o pesquisador como seu instrumento-chave;
- possui caráter descritivo;
- o processo é o foco principal da abordagem, não o resultado ou o produto;
- a análise dos dados é feita de forma intuitiva e indutiva pelo pesquisador e
- não requer o uso de técnicas e métodos estatísticos (Godoy, 1995, P. 58).

Esta pesquisa dentro do ambiente existente, no caso em tela o ICMS Ecológico, especificamente na experiência do Paraná, buscou interpretar os fenômenos, dando sentido e esclarecimento da situação fatídica existente.

A parte empírica do trabalho é a experiência do ICMS Ecológico no Estado do Paraná no período de 1997 a 2008, que envolveu um estudo em profundidade, a fim de validar resultados obtidos dos Municípios do Estado do Paraná, pois demonstram os interesses dos Municípios em Preservar o Meio Ambiente, por intermédio do incentivo do ICMS Ecológico.

No aspecto da experiência do Paraná, os dados foram obtidos por meio do memorial de calculo e extrato financeiro do ICMS Ecológico por biodiversidade, fornecido pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Paraná e o Instituto Ambiental do Paraná, onde foram efetuados os levantamentos dos dados de 1997 a 2008 de cada Município contemplado com o ICMS Ecológico no Estado do Paraná.

A pesquisa ficou limitada na experiência do ICMS Ecológico realizada no Estado do Paraná, pois foi o primeiro Estado que constituiu em 1991 legalmente e concomitantemente implantou o ICMS Ecológico, disponibilizando infraestrutura para aplicabilidade do ICMS Ecológico com criação do IAP, proporcionando assim um lapso tempestivo maior, para uma melhor análise dos dados inerente ao crescimento do ICMS Ecológico e Área de Preservação Ambiental.

Em relação à natureza, esse trabalho se classifica como pesquisa aplicada, por ter como principal objetivo gerar conhecimento para aplicação prática na área objeto de estudo. Quanto aos procedimentos técnicos adotados, o presente trabalho é composto por duas etapas, distinto e complementar (Demo, 1996). A primeira etapa é a pesquisa bibliográfica, caracterizada pelo estudo teórico do material já publicado, constituído principalmente por livros, artigos de periódicos e materiais disponibilizados na internet, principalmente sites oficiais e específicos sobre o tema, como os sites ICMS Ecológico e Tributo Verde e a segunda etapa é a experiência do Estado do Paraná com o ICMS Ecológico.

Godoy (1995) apresenta três possibilidades de levar a efeito uma pesquisa qualitativa: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia. A abordagem adotada para o presente trabalho foi experiência do ICMS Ecológico no Estado do Paraná, foi o estudo de caso, em que os

fenômenos são estudados como ocorrem naturalmente no ambiente, sem manipulação intencional do investigador

A escolha do Estado do Paraná justifica-se por ser o Estado pioneiro a implantação do ICMS Ecológico, desde 1991 e evidencia a compatibilização do meio ambiente com a tributação, haja vista, o desenvolvimento do meio ambiente, por meio de programas de criação de unidades de conservação, preservação de mananciais, RPPN's e em contra partida há uma evolução do recebimento de recursos financeiros oriundos do ICMS Ecológico.

4 EXPERIÊNCIA DO ICMS ECOLÓGICO NO ESTADO DO PARANÁ

O ICMS Ecológico surgiu pioneiramente no Estado do Paraná, em 1991. Os Municípios sentiam suas economias mitigadas pela restrição de uso causada pela necessidade de cuidar dos mananciais de Municípios vizinhos e pela existência de unidades de conservação (Loureiro, 2002).

Adentrando no critério de distribuído do ICMS Ecológico no Paraná, as unidades de conservação e mananciais de abastecimento, possuem cada um 2,5% de distribuição, inteirando os 5% do critério ecológico, inerente a preservação ambiental. O percentual remanescente de 20% que complementam o total que o Estado pode dispor está dividido entre: 8% para produção agropecuária, 6% para número de habitantes na zona rural, 2% segundo a área territorial do Município, 2% como fator de distribuição igualitária e 2% considerado o número de propriedades rurais.

A legislação paranaense possui mecanismos que incentivam os Municípios a melhorarem a qualidade da gestão de suas áreas protegidas sejam elas: Federais, Estaduais, ou mesmo Particulares, quanto melhor for a qualidade da gestão dessas áreas tanto maior será a participação do Município no bolo do ICMS Ecológico. Esse tipo de mecanismo legal faz com que, na prática, os Municípios tenham maior interesse, na criação de Unidades de Conservação e efetivamente firmem parcerias com as esferas Estadual e/ou Federal de governo para apoio à gestão das Unidades de Conservação.

Houve crescimento da superfície, inerente a preservação ambiental no Estado do Paraná e de contra partida a evolução dos repasses do ICMS Ecológico, demonstrando, assim, o interesse dos Municípios contemplados com o ICMS Ecológico, evidenciando a compatibilização entre o ICMS Ecológico e a Área de Preservação Ambiental.

Nesse sentido, o ICMS Ecológico de acordo com Junior (2006, p.126), "... é um instrumento inovador utilizado na conservação e preservação ambiental, que tem proporcionado resultados positivos, como o aumento da superfície de áreas protegidas..." Para Veiga, (2000 p. 42):

Uma das intenções mais importantes do ICMS Ecológico é contrapor a percepção local de que as áreas protegidas reduzem a possibilidade de geração de receitas para o Município. Ele dá ao Município um incentivo para a criação e manutenção de áreas protegidas, ao invés de permitir a expansão de atividades pouco interessantes, tanto do ponto de vista ambiental, quanto econômico.

O ICMS Ecológico trata da questão da redistribuição de receita; no sentido do incentivo à preservação, o imposto se destina à sustentabilidade ambiental (João, 2004, p.105).

Os principais resultados têm sido um crescimento significativo da superfície das áreas protegidas ambientais. A Tabela 02 mostra o desenvolvimento das áreas de preservação do Estado do Paraná, no ano de 1997 a 2008.

Tabela 02: Desenvolvimento da área de preservação ambiental do estado do paran, no perodo de 1997 a 2008.

Período	�rea Preservação em Hectares (Milhares)
1997	1.562,95
1998	1.533,63
1999	1.585,81
2000	1.678,30
2001	1.533,79
2002	1.734,78
2003	1.744,69
2004	1.736,60
2005	1.730,16
2006	1.737,69
2007	1.737,66
2008	1.767,30

Fonte: IAP – Instituto Ambiental do Paran.

O Estado do Paran no ano de 1997 possua uma rea de preservao ambiental em 1.562.958,59 hectares e no ano de 2008 uma rea de 1.767.309,99 hectares, houve um incremento de 13,07%. O Grfico 01 mostra essa evoluo.

Grfico 01: Desenvolvimento da rea de preservao ambiental do estado do Paran, no perodo de 1997 a 2008.

Fonte: IAP.

 Importante verificar no apenas o crescimento de 13,07 % da rea de Preservao Ambiental, no perodo analisado de 1997 a 2008, mas tambm a linha de tendncia de crescimento de forma linear, onde $r^2=0,6893$, sendo um bom ajuste de linha para os dados, demonstrando claramente que as criaes das reas de preservao ambientais aumentaram de modo consistente em um perodo de 11 anos.

Relevante analisar concomitantemente o repasse do ICMS Ecolgico no mesmo perodo analisado, vide Tabela 03.

Tabela 03: Repasses do ICMS ecolgico aos municpios contemplados do estado do Paran, no perodo de 1997 a 2008

Período	ICMS ECOLÓGICO (R\$)
1997	17.849.246,02
1998	18.425.334,35
1999	21.783.658,83
2000	21.179.937,24
2001	31.878.528,11
2002	35.415.267,90
2003	42.305.709,74
2004	48.859.495,21

2005	44.839.138,88
2006	50.068.243,63
2007	59.672.390,56
2008	73.956.466,13

Fonte: IAP – Instituto Ambiental do Paraná.

Os Municípios contemplados do Estado do Paraná têm um forte estímulo em manter e em ampliar o desenvolvimento das áreas de preservação ambiental, pois em 1997, houve um repasse na ordem de R\$ 17.849.246,02 aos Municípios contemplados com o ICMS Ecológico no Estado e em 2008, um repasse no importe de R\$ 73.953.466,13, houve um incremento significativo na ordem de 314,33%. O Gráfico 02, demonstra com maior clareza esta evolução.

Gráfico 02: Repasses do ICMS ecológico aos municípios contemplados do estado do Paraná, no período de 1997 a 2008

Fonte: IAP.

A evolução de 314,33 % do ICMS Ecológico, no período analisado, é ostentoso, mas não pode passar despercebido a linha de tendência de crescimento de forma Exponencial, no Gráfico 02, $r^2=0,9579$, sendo um excepcional ajuste de linha para os dados, demonstrando flagrantemente os aumentos dos repasses do ICMS Ecológico, no período de 11 anos com um crescimento cada vez mais alto.

Ao verificar a Área de Preservação Ambiental, 05 anos antes e 05 anos depois, da implantação do ICMS Ecológico, não apenas no Estado do Paraná, mas também no Estado de Minas Gerais, que constituiu em 1995 o ICMS Ecológico, 04 anos depois do Estado do Paraná. Convém observar também a Área de Preservação Ambiental do Estado de Minas Gerais, 05 anos antes e depois, da implantação do ICMS Ecológico, para agregar e corroborar com evidência empírica do Estado do Paraná inerente a relação do ICMS Ecológico e Área de Preservação Ambiental, dado que em Minas Gerais, já possui uma infraestrutura do ICMS Ecológico, por meio do IEF, embora o percentual de distribuição do ICMS Ecológico é de 1%. Na Tabela 04, está evidente o crescimento significativo da Área de Preservação Ambiental em ambos Estados, após a implantação do ICMS Ecológico.

Tabela 04: Desenvolvimento da área de preservação ambiental
05 anos antes e 05 anos depois do ICMS ecológico nos estados do Paraná e Minas Gerais

05 Anos Antes ICMS Ecológico	PARANA Criação ICMS Ecológico 1991 (hectares)	Média (1987 a 1991)	05 Anos Depois ICMS Ecológico	PARANÁ Criação ICMS Ecológico 1991 (hectares)	Média (1992 a 1996)
1987	246.049,95		1992	1.049.677,40	
1988	246.049,95		1993	1.049.677,40

1989	246.049,95	250.354,27	1994	1.055.170,40	1.106.159,44
1990	248.649,44		1995	1.087.130,00	
1991	264.972,05		1996	1.289.142,00	
05 Anos Antes ICMS Ecológico	MINAS GERAIS Criação ICMS Ecológico 1995 (hectares)	Média (1991 a 1995)	05 Anos Depois ICMS Ecológico	MINAS GERAIS Criação ICMS Ecológico 1995 (hectares)	Média (1996 a 2000)
1991	684.179,41		1996	772.686,29	
1992	684.179,41		1997	984.912,29	
1993	684.179,41	693.966,11	1998	1.054.501,79	985.330,94
1994	684.179,41		1999	1.056.195,99	
1995	733.112,93		2000	1.058.358,36	

Fonte: IAP- Estado do Paraná e IEF- Estado de Minas Gerais.

Ao comparar a média da Área de Preservação Ambiental, 05 anos antes e 05 anos depois do ICMS Ecológico, em ambos Estados, observe que o desenvolvimento da Área de Preservação Ambiental, nos Estados em questão, anos antecedentes a implantação do ICMS Ecológico, não foram expressivos. Após implantação do ICMS Ecológico, houve uma evolução na Área de Preservação Ambiental significativo, vide Gráfico 03.

Gráfico 03: Desenvolvimento da área de preservação ambiental

Fonte: IAP- Estado do Paraná e IEF- Estado de Minas Gerais.

Nota: média de 05 anos antes e média de 05 anos depois do ICMS ecológico, nos estados do paran e minas gerais.

O Estado do Paran em 1991 e o Estado de Minas Gerais em 1995 implantaram o ICMS Ecolgico, sendo importante observar, que antes do ICMS Ecolgico, ambos Estados, no houve um crescimento expressivo na rea de Preservao Ambiental, mas aps implantao do ICMS Ecolgico, confrontando a mdia da rea de Preservao Ambiental, 05 anos antes e 05 anos posterior ao ICMS Ecolgico, nos Estados em questo, evidencia um crescimento expressivo na rea de Preservao Ambiental de 341,83% no Estado do Paran e 41,98% no Estado de Minas Gerais.

5 CONSIDERAES FINAIS

A economia e o meio ambiente esto inteiramente relacionados, por ter um papel fundamental no desenvolvimento sustentvel, como tentar compatibilizar a escassez dos recursos naturais com desenvolvimento econmico. Assim o Estado poder agir buscando esse equilbrio, por intermdio da tributao ambiental.

Tributao ambiental uma realidade n so no Brasil, mas aplicada em outros pases, cada qual com suas peculiaridades, chega como um instrumento econmico que oferece a possibilidade

de internalizar os custos ambientais, levando os agentes econômicos a adotarem medidas que proporcionem a redução da poluição e a utilização racional dos recursos naturais, sejam eles renováveis ou não. Oferece vantagens como flexibilidade, incentivo permanente.

A hipótese central que guiou este trabalho foi a de que, o ICMS Ecológico é um instrumento de incentivo em face ao desenvolvimento das Áreas de Preservação Ambiental nos Municípios contemplados no Estado do Paraná, pois: houve aumento da área de preservação ambiental significativo; e houve equilíbrio econômico e ambiental, por meio do ICMS Ecológico, pois o incentivo financeiro advindo do repasse do ICMS Ecológico é relevante para os Municípios contemplados com esta tributação ambiental e, paralelamente, houve o fomento das áreas de proteção ambiental.

O ICMS Ecológico visa o equilíbrio do meio ambiente com o desenvolvimento econômico e pode ser adotado por qualquer Estado brasileiro uma vez que o perfil de distribuição do ICMS permite esta possibilidade, funciona como um instrumento de incentivo ao meio ambiente.

Fazer evoluir e aperfeiçoar os procedimentos ou mesmo a legislação dos Estados que já existe o ICMS Ecológico é fundamental, pois é interessante ter como critério de repasse deste tributo, não apenas o critério quantitativo, mas também o critério qualitativo, inerente a Área de Preservação Ambiental.

Esta pesquisa tem o escopo contribuir para novas discussões envolvendo o ICMS Ecológico, e também para que outros Estados contemplem seus municípios, que apresentem suas economias combatidas pela restrição de uso do solo, originada por serem mananciais de abastecimento para municípios vizinhos e por integrarem unidades de conservação. Muitos Estados possuem a legislação do ICMS Ecológico, porém não possuem infra-estrutura para sua aplicabilidade.

Em relação à conscientização ambiental, os Municípios já conseguem por meio das Unidades de Conservação e mananciais uma oportunidade de gerar renda, e não como um empecilho ao desenvolvimento. A perspectiva de ampliar a receita advinda do ICMS Ecológico estimula o Município a investir na conservação e desestimula a degradação do meio ambiente.

Para uma maior efetividade do ICMS Ecológico, é indispensável o envolvimento dos gestores públicos e um forte programa institucional de longo prazo para a conservação da biodiversidade, investimentos humanos e financeiros e maior fiscalização. Esses fatores, aliados à vontade e determinação política, participação e cobrança da sociedade, produzirão resultados positivos de grande alcance socioambiental. O ICMS Ecológico é uma solução simples que contribui para o aumento das áreas de preservação ambiental e possibilita a criação mecanismos para o aprimoramento da gestão ambiental.

REFERÊNCIAS

CHIMENTI, R. C. (2000). A competência tributária. In: Direito tributário. ed: Saraiva p. 1-7, São Paulo.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL (1996). Lei nº 5. 172, de 25 de Outubro de 1966.

DEMO, P. (1996). Pesquisa: Princípio Científico e Educativo. São Paulo: Cortez.

DOMINGUES, José Marcos. (2007). Direito tributário e meio ambiente. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense.

DRĂCEA, Raluca, CRISTEA, Mirela & CIUPEANU, Daniela. (2008). The efficiency of the green taxes as instruments for Environmental protection. Disponível em: http://mpr.a.ub.uni-muenchen.de/10075/1/MPRA_paper_10075.pdf. Acesso em: 07/05/2010.

FERRAZ, Roberto.(2005). Tributação ambientalmente orientada e as espécies tributárias no Brasil. Direito tributário ambiental. São Paulo: Malheiros.

FOERSTER, A. C. (1991). Perfil do sistema tributário brasileiro pós-Constituição Federal de 1988. Curitiba: Programa de Impactos Ambientais de Barragens, 106p.

FRAGUÍO, P. D.(1995). La fiscalidad ecológica. Barcelona: Gráficas Degraf.

FURTADO, João S. (2002). Novas Políticas e a Indústria Social Ambientalmente Responsável. São Paulo: USP.

GIL, Antônio Carlos.(1994). Métodos e técnicas de pesquisa social. 4ª. Ed. São Paulo: Atlas.

GODOY, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Revista de Administração de Empresas. São Paulo: v.35, n. 2, p57-63, abril.

IEF. Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais.(1962). Lei nº 2.606, de 5 de janeiro de 1962, que cria o Instituto Estadual de Florestas, órgão autárquico, dotado de personalidade jurídica e autonomia financeira. Minas Gerais.

IAP. Instituto Ambiental do Paraná. (1999). Portaria n.o 232, de 28 de dezembro de 1998. Regulamenta o Decreto Estadual n.o 4.262 de 21 de novembro de 1994, que cria condições à manifestação de interesse público, declaração e reconhecimento, por parte do IAP, das Reservas Particulares do Patrimônio Natural no âmbito do território de Estado do Paraná e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Paraná, Curitiba, 1999.

ICMS Ecológico, nos Estados Brasileiros, Disponível em:

http://www.icmsecológico.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=53&Itemid=60#pi. Acesso em: 13/04/2010

JOÃO, Cristina Gerber. (2004). ICMS-ECOLÓGICO – Um instrumento econômico de apoio à sustentabilidade. 280f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis.

JÚNIOR, Amery Moisés Nadir. (2006). ICMS ECOLÓGICO: PRINCÍPIOS E ESTRATÉGIAS NECESSÁRIAS PARA UMA IMPLEMENTAÇÃO NA COPRODUÇÃO DO BEM PÚBLICO. (Mestrado Profissional em Administração, Área de Concentração: Gestão Estratégica das Organizações, Linha de Pesquisa: Gestão Pública, Terceiro Setor e Responsabilidade Social., Disponível em: http://www.tede.udesc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1054. Acesso em 22/06/2010

LOPES, Anselmo Henrique Cordeiro. (2008). Reforma Tributária Ambiental, Análise Constitucional e Elaboração de Propostas. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11925>. Acesso em: 07/05/2010.

LOUREIRO, Wilson. (2002). Contribuição do ICMS Ecológico à Conservação da Biodiversidade no Estado do Paraná. 206 f. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) – Setor de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

MENDES, Francisco Eduardo & MOTTA, Ronaldo Seroa da. (1997). Instrumentos Econômicos para o controle ambiental o ar e da água. Rio de Janeiro: IPEA.

NIELS, Anger Christoph Böhringer & LANGE, Andreas. (2003). Differentiation of Green Taxes: A Political-Economy Analysis for Germany. 2003. Disponível em: <http://econstor.eu/bitstream/10419/24195/1/dp06003.pdf>. Acesso em 07/05/2010.

OLIVEIRA, José Marcos Domingues de. (2007). Direito Tributário e Meio Ambiente. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense.

VEIGA, F. N. (2000). Análise dos incentivos econômicos nas políticas públicas para o meio ambiente – o caso do “ICMS ecológico” em Minas Gerais. 255f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Agricultura) CPDA, UFRRJ. Rio de Janeiro, 2000.

Data do recebimento do artigo: 24/01/2011

Data do aceite de publicação: 02/12/2011